

# O conceito de território e o agroartesanato \*

**Márcio Freitas Eduardo**

Mestre em Geografia pela FCT/UNESP (2008)

Endereço eletrônico: marciofreitaseduardo@yahoo.com.br

## Resumo

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade. A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, apresentava-se associado à policultura familiar como produção subsistencial. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense. No artigo, iremos apresentar a leitura que adotamos ao abordar o conceito de território sob a égide da pesquisa que desde 2002 desenvolvemos sobre o território do agroartesanato no Sudoeste paranaense.

**Palavras-chave:** território; questão agrária; agroartesanato.

## Resumen

### El concepto de territorio y la agroartesanía

El territorio congrega múltiples formas de la dinámica social en el espacio; formas producidas, reproducidas y definidas históricamente desde códigos concretos y abstractos de amigabilidad. La producción y la transformación familiar y artesanal de alimentos o, “simplesmente”, la agroartesanía tienen origen antiguo, vinculada al patrimonio cultural de territorialidad del campesinado europeo, especialmente italiano, polonés y alemán. La agroartesanía, complementar a la dinámica agropecuaria campestre, se presentaba asociado a la poli cultura familiar como producción subsistenciales. Elementos tradicionales agregados el ese génesis histórico aún permanecen, en cierto grado, en la dinámica territorial de la agroartesanía en Francisco Beltrão/PR y en el Sudoeste paranaense. En el artículo iremos a presentar la lectura que adoptamos al abordar el concepto de territorio bajo la égida de la pesquisa que desde 2002 desarrollamos sobre el territorio de la agroartesanía en el Sudoeste paranaense.

**Palabras-clave:** territorio; cuestión agraria; agroartesanía.

## Abstract

### The concept of territory and agroworkmanship

The territory congregates all-purpose forms of social dynamics in space, produced, reproduced forms and historically ressignified from real and abstract codes of

---

\* O texto apresentado é derivado da dissertação de Mestrado intitulada “A Dinâmica Territorial das Agroindústrias Artesanais de Francisco Beltrão/PR”, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e defendida em setembro de 2008.

conversableness. The familiar and workmanship production and transformation of nutrients or, simply, the agroworkmanship has the antique origin, joined to the cultural patrimony of rural agro cattle raising dynamic, showed associated to the familiar mixed farming as subsistencial production. Traditional parts aggregated to this historical genesis still remain, in some extent on the territorial dynamic of agroworkmanship in Francisco Beltrão/PR and in southeast of Paraná. In the item, we are going to report the reading that standardized on using the concept of territory beneath the research protection that since 2002 developed about the agroworkmanship territory in southeast of Paraná.

**Keywords:** territory; agricultural subject; agroworkmanship.

## Introdução

Entre os anos de 2002 e 2008 desenvolvemos pesquisa acadêmica no afã de identificarmos e compreendermos elementos intrínsecos e extrínsecos a organização territorial do agroartesanato no Sudoeste Paranaense; pesquisa que culminou numa dissertação de mestrado, defendida em 2008, sob o título “A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR”. Durante esse período, nosso envolvimento com o GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) suscitou-nos a estarmos refletindo sobre o conceito de território e construir uma argumentação teórico-conceitual importante a qual embasou a produção da referida dissertação.

Iremos, na seqüência, estar apresentando a leitura que adotamos ao abordar o conceito de território sob a égide do agroartesanato.

Agroindústrias artesanais (agroartesanato) são pequenas unidades – em escala de produção e produtividade e em estrutura física (estabelecimento) – que transformam alimentos, sem o sistema típico de integração utilizado pelas grandes agroindústrias integradoras. Estas unidades têm como característica um ritmo de produção artesanal com centralidade no trabalho familiar e com uma abrangência de mercado eminentemente local.

A produção artesanal e familiar efetiva-se como uma atividade não especificamente capitalista, como é caracterizado em Eduardo (2008). Nessa lógica, as relações de trabalho familiares, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho otimizam o ciclo da reprodução familiar. Sob a ótica mercantil do modo capitalista de produção, ingressam no mercado, periféricamente, e participam do que Marx (2002) designou de “circulação simples de mercadoria”.

Com a agroindústria artesanal, busca-se, fundamentalmente, agregar mais valor ao trabalho familiar, por intermédio da produção e transformação intra-unidade (*in loco*) de alimentos e a venda direta ao consumidor. Constata-se maior autonomia na organização desse território, tendo em vista a baixa participação do capital comercial e financeiro nos parâmetros de produção e circulação de mercadorias das unidades agroartesanais e familiares.

A conotação artesanal da produção também ganha destaque devido à baixa escala de produção existente nessas unidades, cuja base está no uso de tecnologias rudimentares e, principalmente no trabalho familiar, sustentando a reprodução simples da família.

Como permanência histórica de uma forma antiga de transformar alimentos, os parâmetros (técnicas e instrumentos de trabalho) artesanais de produção representam a reprodução local de um conhecimento tradicional herdado no contexto da reterritorialização italiana e alemã no Sul do Brasil.

É importante esclarecer a particularidade cultural do saber fazer produtivo dos *colonos* eurobrasileiros, difundido localmente na formação territorial do Sudoeste do Paraná e diferenciar a atividade agroindustrial artesanal das grandes unidades agroindustriais tipicamente capitalistas, integradoras e nós constitutivos das redes sustentadas pelos preceitos organizacionais dos complexos agroindustriais (CAIs).

A primazia pelo conceito de território, em nosso enfoque analítico sobre as agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR, justifica-se pelo fato de que, partindo

desse viés teórico-conceitual, é possível identificar as distintas dimensões da produção do espaço: aspectos da economia, da organização política, da cultura, das relações de poder, das rupturas e permanências são possíveis de serem identificados como elementos ativos e conexos na organização de cada território construído no desenvolvimento da atividade agroartesanal.

O território forma-se a partir do espaço e só por intermédio deste ele se realiza. As diferentes relações sociais que se sustentam no espaço dividem-no, mesmo sendo indissociável, único e indivisível, como destaca Santos (1978). Cada forma de apropriação social do espaço através das dimensões econômica, política e cultural produz “descontinuidades”, surgindo os territórios. As formas de poder engendradas em cada território imprimem, nos diferentes lugares, formas próprias de concorrência e solidariedade que, articuladas, dotam de dinamicidade o todo social.

Acreditamos que a partir de nossa leitura empírica um esclarecimento desses fundamentos proporcionará maior clareza teórico-metodológica. Na abordagem territorial, as dimensões econômica, política e cultural são analisadas a partir da apropriação do espaço. Imbricadas ao poder (este visto como produto das cotidianidades sociais), as diferentes dimensões da atividade social são apreendidas pela relação que a sociedade mantém com o espaço, no seu uso e consumo em diferentes ritmos e intensidades.

Os conceitos derivados de desterritorialização e desterritorialidade auxiliam no intuito de compreendermos a produção do espaço de maneira mais completa, abordando o fenômeno histórico como movimento. Desterritorialização e desterritorialidade são conceitos que, em nossa pesquisa, contribuíram no sentido de abordar o conteúdo dinâmico e histórico (político, econômico e cultural) das atividades artesanais em Francisco Beltrão/PR.

Um território significa dominação e espelha uma relação de dominação/sujeição, que não é condição permanente. É construído socialmente e, por isso, constantemente reestruturado. Considerado “toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-4).

A construção do território é passível de apreensão apenas se alocados esforços na identificação dos fatores de sua produção, quer dizer, na historicidade dos condicionantes sociais que consubstanciaram dada formação territorial. Um território tem seu suporte no passado, tem um presente, mas é sempre devir. Numa percepção *imediate* do território, a princípio, este aparece como estável e imutável, entretanto suas intrínsecas contradições é que nutrem de possibilidades seu devir. O conceito de território não pode ser pensado de modo estanque, mas como produto inacabável (infindável) oriundo das contradições sociais cotidianas.

Nossa abordagem sobre a dinâmica territorial das unidades produtivas agro artesanais selecionadas caminhará por uma leitura mais econômico-cultural do território (produção, circulação, patrimônio cultural), fazendo tão somente algumas considerações acerca da organização política e atuação de algumas instituições como a EMATER, a ASSESOAR e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Dessa forma, necessitamos expor, em linhas gerais, algumas noções da abordagem de território adotada, considerando que existem diversas leituras, muitas delas divergentes, sobre o conceito.

## **Efetivando uma leitura do território**

Para que uma efetiva abordagem geográfica, cujo fundamento inscreve-se no âmbito da investigação e da compreensão da complexidade com que o espaço geográfico é apropriado por um determinado “tecido social”, compreendemos que a pesquisa deva apoiar-se em certas categorias e conceitos analíticos.

Tais categorias e conceitos, ao serem utilizados e devidamente amparados por um método investigativo, demandam, por si, outros temas e/ou noções que o pesquisador terá que dar conta, caso pretenda utilizá-los no intuito de compreender a realidade objetiva e subjetiva.

Em nossas análises, acerca da formação e dinâmica territorial das agroindústrias artesanais em Francisco Beltrão/PR, primamos pelo território como conceito central. O conceito de território, numa perspectiva relacional, conforme sugere Raffestin (1993), orienta-nos a abordar mais de perto a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos do social.

Inerente a todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder, imbricado à lógica territorial, é elemento fundamental que possibilita avançar no desvendamento de aspectos da produção e da apropriação do espaço territorialmente. Como trataremos posteriormente, para várias famílias de produtores agroartesanais analisadas, o acirramento da conflitualidade entre as formas de organização familiar e o desenvolvimento regional do modelo produtivo do agronegócio foi o elemento central para o surgimento e intensificação da produção agroartesanal beltronense. A conflitualidade, a exploração demasiada do agronegócio fizeram com que famílias rompessem com pactos de poder estabelecidos e, territorializando seus conhecimentos produtivos tradicionais, expandissem os domínios de suas produções agroartesanais para além da subsistência familiar, construindo relações econômicas no comércio local e regional. Nesse sentido, o agroartesanado significa enfrentamento, resistência, poder, integração ao mercado.

O território é esse *locus* de relações, portanto, de poderes, amalgamados no espaço, em constante movimento. Além disso, como sustenta Haesbaert (2005, p. 87):

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

O território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo(s) poder(es). Assim, a análise do poder torna-se fundamental na abordagem territorial. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial, conforme sugere Raffestin (1993). Podem existir territórios imateriais como, por exemplo, através da língua, da informação, das ideologias, das leis etc.; de alguma forma, entretanto, essas ações manifestam-se no espaço e materializam-se, conduzidas pela dinâmica do(s) poder(es).

Determinados autores serviram-nos de base para efetivarmos algumas considerações a respeito do estudo do território e seus aspectos objetivos e subjetivos. Nossas principais referências são Raffestin (1993), Maia<sup>1</sup> (1995), Saquet (2004 e 2005) e Haesbaert (1997, 2002 e 2005). Para compreendermos algumas relações de trabalho, fizemos leituras em Antunes (2005), Marx (2004), entre outros autores.

Em nossos estudos, fundamentamo-nos, inicialmente, em Raffestin (1993), que tece uma análise mais econômica e política do território, primando por um estudo do território numa perspectiva relacional, assim como M. Foucault o faz em suas análises acerca do poder, como bem aponta Maia (1995). Haesbaert (2005), seguindo uma análise do território numa vertente mais culturalista e política, também nos auxiliará no intuito de analisarmos o território como multidimensionalidade.

Outro autor, Saquet (2003 e 2005), propõe uma interpretação das interfaces do território, privilegiando não apenas uma de suas dimensões, mas o tripé economia, política e cultura condicionando e caracterizando certa formação territorial.

Na abordagem territorial, há posições múltiplas, como aponta Saquet (2004), que tentam contemplar as relações entre as dimensões da economia, da política e da cultura, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, conforme Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, segundo Haesbaert (1997) e outros; também há aqueles que enfatizam uma dessas dimensões, como Ratzel (1990) e Sack (1986). Embora sem adentrarmos na questão, o território também pode ser apreendido sob diferentes métodos investigativos e/ou modelos teórico-conceituais como, por exemplo, o materialismo e a fenomenologia.

Inicialmente, faremos algumas considerações sobre o território em suas diferentes

abordagens, para depois discutirmos o poder como elemento imbricado ao sistema territorial.

Podemos assinalar que a dinâmica territorial é compreendida, concomitantemente, como objetivação e reflexo das relações sociais (econômicas, políticas e culturais – em uma palavra: sociais) agidas e vividas no espaço e com a apropriação deste no tempo. Segundo Raffestin (1993, p. 7-8),

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Nesse sentido, a problemática social envolve a processualidade histórica do(s) poder(es) como essência do sistema territorial. O poder, conforme afirma Raffestin (1993), não é uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda relação que se apóia no espaço e no tempo; é o elemento que, ao mesmo tempo, anima o território, objetiva-o e “desagrega-o”. O poder, como relação social historicamente reproduzida, é exercido e também significa “fluidez”. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2005, p. 101).

## O território: diferentes abordagens

Como nos lembra Sposito (2005), na Geografia existem várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. O autor acima identifica três vertentes básicas que, historicamente, serviram para tratar do estudo do território, ou melhor, que serviram para interpretá-lo e cujo arcabouço teórico ainda se faz presente, em vários momentos, quando se aborda esse conceito.

São essas vertentes divididas em: a) naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; b) uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e c) quando sua utilização confunde-se com o conceito de espaço. (SPOSITO, 2005, p. 17)

A tradição naturalista de apreensão do território e da territorialidade já foi, com veemência, criticada por Raffestin (1993), pois as territorialidades derivam de um tecido social complexo e dinâmico marcado pelas relações de poder, pelas intencionalidades, pelas inter-relações, pelo jogo ideológico etc.

A segunda vertente de apreensão do território, descrita por Sposito (2005), está mais sistematicamente direcionada aos anseios cognitivos de uma Geografia com forte conotação cultural(ista). Em tal caso, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via territorialidade.

A atribuição de significados a recortes espaciais pode produzir identidades territoriais específicas, o que cresce, na questão política do território, como aponta Saquet (2003), um caráter cultural mais subjetivo e simbólico. É enfatizada, nessa ótica, sobretudo, na Geografia, a territorialidade dos indivíduos, discutida também no conceito de lugar.

No entanto, abordar o território sob uma perspectiva estanque e unidimensional, utilizando como exemplo o caso da dimensão cultural, não traz avanços. “É evidente que ainda se poderia evocar os elementos dos códigos culturais, por exemplo, mas eles também são atravessados pelo código econômico e pelo código político” (RAFFESTIN, 1993, p. 47).

O território, em nossa compreensão, precisa ser abordado em sua

multidimensionalidade. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda sociedade.

Nesse sentido, temos a contribuição do geógrafo Saquet (2003), que fez um esforço significativo no sentido de construir uma argumentação teórico-metodológica que articule o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política e da cultura, representado pelo autor como EPC. O território é construído socialmente por um jogo de forças e relações que estão em unidade e conflitualidade.

Na literatura geográfica, em algumas situações, o território também tem sido, eventualmente, confundido com o conceito de espaço, conforme sinaliza Sposito (2005) quando enuncia a terceira tradição de estudo daquele. A essência desta confusão reside no fato de que muitos autores, por partirem do pressuposto de que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço, consideram-no apenas como sinônimo de chão, de propriedade, de área, de limite político-administrativo.

Porém, o território, consoante afirma Saquet (2003), é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. O sistema territorial é, portanto, segundo aponta Raffestin (1993), produto e condição socioespacial.

Espaço e território não são sinônimos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143) quando o autor afirma que: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço”.

É fundamental ressaltar que o espaço constitui, metaforicamente, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. O território é uma produção a partir do espaço. Cristaliza-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, de diferentes maneiras e intensidades, territorializam-se vivendo relações de poder.

Em seu raciocínio, Saquet (2003, p. 24) afirma que:

O território se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

O território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflituosidade geografizada. O território é expressão do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o redefinem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças”, nas mais variadas intensidades e ritmos.

O território não é apenas chão e propriedade, é relação social. “Por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território [...]” (HEIDRICH, 2005, p. 56).

O território, de acordo com Saquet (2005, p. 144): “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global [...]; terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Retornando às abordagens do território, merecem destaque as sínteses efetivadas por Haesbaert (1997), que agrupou essas concepções em três vertentes básicas, similares às destacadas anteriormente por Sposito (2005):

a) Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizado): o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

b) Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto

da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

c) Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

Esse mesmo autor faz, ainda, alusão à vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje às ciências sociais, que se utilizam de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Há interfaces entre essas abordagens, segundo indicam Haesbaert (1997), Saquet (2004) e como estamos tentando argumentar. O território pode ter um caráter mais econômico como os dinamizados por empresários, por exemplo; mais político, como o de partidos políticos; e/ou, mais culturais, como o território de domínio da igreja católica, para mencionarmos apenas alguns exemplos. Reflete, em última instância, toda a produção que deriva das relações entre os homens e destes com a natureza.

Os territórios são construídos socialmente pelo exercício do poder das classes que compõem a sociedade. Desse modo, podemos fazer abordagens bem diferentes da de Ratzel (1990), por exemplo, que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas e cujo método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as ciências naturais. “Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis gerais[...]” (RATZEL, 1990, p.34). Assim, Ratzel fundamenta um estudo a serviço do Estado alemão de sua época (final do século XIX), em fase de definição territorial intimamente ligado à expansão do capitalismo naquele país em formação. O território, para Ratzel, seria sinônimo de solo. Mais que isso: dimensão eminentemente política, cujo epicentro do poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania revelar-se-iam na figura do Estado-nação em sua forma plena.

Noutra compreensão, todos nós somos atores reprodutivos de relações sociais, de poder em diferentes momentos e intensidades. As relações e interesses não são isoladas, mas articulados, porque o modo capitalista de produção detém formas singulares de organização baseadas na interconexão dos fenômenos.

Se delimitarmos uma porção do espaço geográfico, poderemos perceber algumas relações políticas, econômicas e culturais que ocorrem e dão conformidade às diversas manifestações territoriais, como no caso do território do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR. Como bem ressalta Lefebvre, apud Raffestin (1993), um território é constituído quando é transformado pelas modificações feitas pelo homem convivendo em sociedade.

Assim, consoante Raffestin (1993, p. 143 - 4), “o território é um espaço; onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação”; ali se encontram relações de poder e interesses. Toda ação cristalizada no espaço demonstra, em algum nível, um território efetivado (infra-estruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações políticas etc).

O território, como aponta Raffestin (1993), é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo. Lefebvre, apud Raffestin (1993), argumenta que a produção do espaço, o território nacional, espaço físico, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam como rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. são alguns dos elementos que marcam a passagem do espaço ao território. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, como já assinalamos, revela relações marcadas pelo poder.

Os projetos sociais efetivados no espaço geográfico, dotados de representação, também revelam a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993). A imagem manifestada como representação da realidade é um instrumento de poder que tem como essência uma estrutura pré-disposta a seus princípios e relações sociais de dominação.

De acordo com Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária,

induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. É interessante destacar, a esse respeito, que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico.

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica social em sua complexidade. Os fatores que sustentam a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes interagem no espaço e constituem, de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. (SAQUET, 2003, p. 222)

Todos nós elaboramos estratégias de produção e de vida, que se correlacionam com outras estratégias, em diferentes relações de poder, com outras pessoas e lugares. Os atores agem e interagem, conseqüentemente, objetivam relações de influência e/ou controle, afastamento e/ou proximidade e, assim, criam redes entre si. Segundo Raffestin (1993), uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. São as redes que asseguram o controle do espaço geográfico através da circulação material e de informações. Toda rede é uma imagem do poder, produto e condição das determinações históricas do desenvolvimento. As redes, em suas diversas manifestações, garantem, nessa perspectiva, ao sistema territorial, *status* de produto e meio de produção.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma tácita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas.

O poder é inevitável, afinal, se há atores que desempenham determinadas atividades e/ou funções, compreendemos que, eventualmente, existam outros atores empenhados em “orquestrar” devidamente as atividades. É o que ocorreu com o trabalho, historicamente, ou melhor, com a apropriação deste, socialmente, nos diferentes modos de produção.

Por ora, limitar-nos-emos ao fato de que, historicamente, cada modo de produção suscitou diferentes formas de produção e apropriação do espaço, isto é, configuraram-se diferentes arranjos territoriais. Como exemplo, Corrêa (1998) argumenta que, além da organização espacial capitalista, as singularidades dos modelos espaciais organizados pelas sociedades feudal e colonial estabeleceram diferentes “imagens” do território. Cada modo de produção efetiva especificidades espaciais, segundo as determinações, necessidades e interesses das classes dominantes de cada período da história. Fato é que o modo capitalista de produção assume um arranjo territorial característico, particular, já que aglutina e articula processos político-jurídicos, econômicos e culturais específicos em seus conteúdos.

Diversas produções organizam-se, no espaço, de diversos modos, em diferentes tempos e intensidades, formando as mais variadas configurações do território, que adquire, como enfatiza Raffestin (1993), propriedades de descontinuidade e heterogeneidade, sobrepondo-se ao espaço e aos outros territórios de acordo com as características de cada lugar e momento histórico.

Como existem, no mesmo espaço geográfico diversas produções cristalizadas, organizadas em arranjos territoriais próprios, distinguindo-se por diversos fatores, é necessário analisar individualmente cada arranjo territorial.

Sem jamais limitar as análises apenas à aparência, é de fundamental importância uma busca histórica para compreender a gênese dos fenômenos, dos elementos e dos

fatores que condicionaram a estrutura em si. Cabe à ciência geográfica um papel muito importante no sentido de interpretar as múltiplas facetas da organização territorial.

### **O poder: efetivação do território**

Como vimos, diversas são as definições e apreensões do(s) território(s). Fugindo a qualquer unanimidade, o conceito de território vem sendo amplamente difundido, na Geografia e em outras ciências sociais, em suas diversas perspectivas analíticas.

Dentre as distintas definições de território descritas anteriormente, as mais difundidas, e que caracterizam a gênese do conceito, são aquelas que enfatizam a sua vinculação com as relações de poder, predominando sua dimensão mais política.

Nossa intenção, nesta altura do texto, é a de construirmos algumas argumentações sobre a correlação entre o conceito de território e a noção de poder. Para tanto, mais uma vez vale a pena dizer que adotamos uma perspectiva relacional do território e do poder, tendo como referência Raffestin (1993) e idéias formuladas por M. Foucault, sistematizadas na obra de Maia (1995).

De início, Russell (1990, p. 29) apresenta-nos uma idéia bastante ampla sobre a qualidade do poder quando afirma que “o poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos”. Por seu turno, Raffestin (1993, p. 51) alerta-nos que “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”.

A questão do poder foi tema abordado por F. Ratzel na tradição geográfica de estudo do território – uma referência obrigatória para a Geografia Política – no final do século XIX, em suas obras “Antropogeografia” (1882) e “Geografia Política” (1897).

Para Ratzel, o questão do poder, inerente ao sistema territorial, está intimamente vinculada ao aparelho estatal. Por um lado, nota-se a estreiteza da noção de poder em suas concepções de geografia política<sup>2</sup>, por outro, esse pensador dá uma grande contribuição, quando defende a idéia de que o território (e o poder) é (são) imprescindíveis para alcançar objetivos políticos desejados. Para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário, a seu ver, existir um território, com determinado tipo de solo e clima.

Aqui temos uma definição de território como “solo”, cujo poder resume-se na soberania do Estado-Nação. Para Ratzel, assim comenta Raffestin (1993), tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele. O poder emergiria, nessa ótica, de um ponto “fixo” e se materializaria nas determinações do Estado na gestão do território. É o território área, território propriedade, que selaria uma tradição de sua caracterização na Geografia Política: sua visão, embora superada, naquele contexto histórico do território alemão era compreensível, pois o Estado era o único agente capaz de promover a gestão do território naquelas circunstâncias, dada a inexpressiva atuação privada em um país recém-unificado politicamente.

Numa perspectiva relacional do território, o poder, tramitando por uma vertente foucaultiana, jamais pode ser restringido a uma forma única e acabada. É esta a crítica de Foucault em suas análises sobre o poder: a aversão de uma analítica do poder que tome o direito como modelo. Dessa forma, como aponta Maia (1995, p. 86): “procura-se fugir de uma tradição onde se utiliza o modelo formal e centralizador do Direito como parâmetro à compreensão das relações de poder, modelo este que tem se revelado insuficiente para dar conta da incessante, fluida e matizada movimentação das relações políticas e de poder”.

Como assinala Maia, referenciado em Foucault “[...] o poder é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações [...]” (MAIA, 1995, p. 85). Como oportunamente lembra H. Lefebvre, apud Raffestin (1993, p. 1), é “preciso dissipar a freqüente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”.

O poder, para Foucault, deve ser analisado não em termos de propriedade, mas em termos de estratégia. “Isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente

à vida social” (MAIA, 1995, p. 87). O papel do Estado, numa perspectiva relacional, tem que ser redimensionado, frente a todo exclusivismo exacerbado outrora outorgado na tradição da Geografia Política clássica do estudo do território.

Obviamente, o Estado ainda é um elemento muito importante para se compreender o território, principalmente porque, no modo capitalista de produção, o Estado atua como agente organizador da economia, embora seja legitimando e objetivando as ações e determinações do capital, proporcionando condições, em forma de subsídios, para uma precisa difusão do capital, que mobiliza todo um aparato jurídico, político e ideológico, materializado na forma de empréstimos e financiamentos, incentivos econômicos, difusão de informações o que demonstra alguns dos vários exemplos do pacto estatal com os agentes do capital.

Além do mais: “[...] o Estado, enquanto forma de controle do homem sobre as coisas e não sobre outros homens, subsistirá inclusive na sociedade muito mais desenvolvida do futuro” (SCHAFF, 1990, p. 34).

Mesmo tendo em vista que, adentro no sistema produtor de mercadorias, o Estado acaba por canalizar boa parte dos focos de poder, redimensionando-o e, mesmo, maquiando-o, precisamos lembrar que, como assinala Maia (1995, p. 90):

[...] as relações de poder se dão num campo aberto de possibilidades onde, embora constata-se o fato de encontrar-se todo o tecido social imerso em uma ampla rede de relações de poder, não temos como corolário a existência de um poder onipresente, esquadrinhando todos os recantos da vida em sociedade levando a uma situação na qual não haveria espaço a resistência e alternativas de transformação.

Não somos totalmente aprisionados pelo poder, como assinala Maia (1995, p. 91), pois “[...] a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante [...]”. Acrescenta esse autor, fundamentado em preceitos da analítica de Foucault, que: “[...] há, nas relações de poder, um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário dessa idéia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade” (MAIA, 1995, p. 89).

O exercício do poder pressupõe a afirmação da idéia de existência de indivíduos livres socialmente. No capitalismo, como em qualquer organização que se fundamente nos princípios inerentes à propriedade privada, em consequência lógica, os sujeitos encontram-se em uma liberdade alienada - requisito essencial para atuarem, com seu trabalho, de maneira determinada no complexo jogo de reprodução da vida em sociedade.

Numa tentativa de precisar o poder, Foucault fez uma série de proposições que, segundo discorre Raffestin (1993, p. 53), elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam à natureza do poder: a) o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; b) as relações de poder também ocorrem em outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.); c) o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; d) as relações de poder são, concomitantemente, intencionais; e, e) onde há poder há resistência, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Como percebemos, nas proposições de Foucault sistematizadas por Raffestin (1993), com respeito à questão da essência do poder, este pode originar-se e adquirir propriedades incontáveis, pois sua natureza provém de uma “ordem” também inesgotável em termos de potencialidade. A saber, a sociabilidade humana. Assim, toda “[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Em sua obra “O poder: uma análise social”, Bertrand Russell (1990, p. 13) fundamentado em outra concepção de poder, chega a afirmar que “as leis da dinâmica social são leis que só podem ser formuladas em termos de poder, não em termos desta ou daquela forma de poder”. E acrescenta: “só percebendo que o amor ao poder é a causa das

atividades que são importantes nos assuntos sociais é que a história, quer a antiga ou a moderna, pode ser interpretada corretamente” (RUSSELL, 1990, p. 13).

Russell (1990, p. 14) compara o poder à energia quando afirma que ele “deve ser encarado como estando continuamente a passar de uma das suas formas a qualquer das outras, e deveria ser o trabalho da ciência social procurar as leis de tais transformações”.

O importante é atentarmos para a circunstância de que, sendo inerente a qualquer relação, torna-se desnecessário distinguir um poder político, de um econômico ou cultural etc. Relação social, em qualquer dimensão (política, econômica e cultural), significa poder em vias de territorialização, ou seja, territorialidade – conceito que exprime as múltiplas formas de viver no território.

O território, seja em suas dimensões mais objetivas (política e econômica), seja em sua dimensão cultural mais subjetiva é, sem dúvida, produto do trabalho humano. Trata-se do território apreendido em termos de poder, de apropriação e de dominação. “As organizações podem, em seguida, controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação. Portanto, a partir daí, podem reparti-los, distribuí-los, fazê-los circular, aplicá-los em pontos precisos para obter um outro resultado” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

É importante destacar, ainda, que há uma multidimensionalidade do poder na territorialidade, na qual as projeções e possibilidades dos poderes, como fluidez, são variadas. A territorialidade é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Justamente por consistir em relação, o poder configura-se no formato de rede, ou melhor, em sistema de redes em amálgama, no qual territórios heterogêneos entrecruzam-se constantemente com suas propriedades de descontinuidade e de sobreposição.

Eis a razão por que a apreensão do sistema territorial precisa estar embasada na noção de rede. Rede esta, como aponta Maia (1995), que permeia todo o tecido social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária etc.) que se apóiam uns nos outros. Outro componente fundamental do território é a identidade de cada grupo social.

## **Território e identidade**

Como já enfatizado, o território é uma expressão do espaço produzido/consumido. Por isso, indissociavelmente, suas dimensões são: economia, política, cultura e natureza. Dimensões que redefinem o complexo jogo relacional da sociedade no território.

Como em qualquer relação, o poder é constante. Em graus variados, os poderes coexistem no tempo e no espaço manifestando as contradições e as múltiplas formas de vivência (territorialidades) e interações no território.

A territorialidade, ou seja, o viver e o acontecer cotidiano no território, representa os mandos inerentes ao próprio território e sua dinâmica relacional. Edificações, pavimentações, leis, fronteiras, economia, mercadoria, ideologia, política, identidade, linguagem, propriedade, entre outros, são exemplos de elementos do território, produzidos por intermédio da territorialidade cotidiana. A territorialidade corresponde às múltiplas formas de vivência no território como expressão do jogo relacional do(s) poder(es), da sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Os códigos simbólicos do território (símbolos, identidade, representação, aspirações etc.) igualmente são elementos constitutivos da sociedade, logo, imaterialidade e condicionante do poder e da territorialidade. Os códigos de identidade, intrínsecos aos patrimônios culturais, são reproduzidos no território, no qual há diferentes ritmos e lógicas: consubstanciam-se poderes e formas de organização territoriais. Diferentes grupos sociais em distintos períodos históricos podem ter diferentes identidades bem como estas podem ser reproduzidas historicamente, como ocorre com aspectos do campesinato instalado no Sul do Brasil durante o século XIX. Diferentes grupos de italianos, alemães e poloneses dão continuidade a certas características da vida que tinham em seus países de origem, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, como demonstramos em

Eduardo (2008).

Nessa perspectiva, num território, as centralidades culturais do passado chocam-se com os códigos culturais difundidos no presente em sentido de contradição e/ou complementaridade: o território é esse amálgama de mudanças e permanências.

O movimento de desterritorialização implica ao sujeito social o afastamento físico de seu espaço de relações. Produto das contradições, pode processar-se lenta ou abruptamente, gerando a reterritorialização, por exemplo, através de CTGs, festas tradicionalistas, religiões, valores morais, técnicas produtivas, linguagens, vestimentas etc.

A desterritorialidade implica o desvencilhamento de certas relações simbólicas e identitárias (culturais) que os sujeitos mantêm com determinado território. No entanto, esses elementos, códigos culturais, podem permanecer ativos durante muito tempo, mesmo sem uma relação direta com o território que, no passado, os produziu. Por sua propriedade de permanência, os códigos simbólicos não se aniquilam em processos “imediatos” em que se consubstanciam as contradições da desterritorialização. São mais complexos.

Em territórios e ritmos atuais, a desterritorialização, a reterritorialização e a dinâmica das redes (de migração) remetem-nos à possibilidade de permanências de elementos que já constituíram outros territórios, em outra temporalidade. Em Francisco Beltrão/PR, no que tange à difusão da prática artesanal da produção de alimentos, a reprodução do legado cultural através do tradicional conhecimento produtivo agroartesanal é traço muito evidente de certa identidade construída historicamente.

O legado cultural, artesanal, derivado das territorialidades de italianos, alemães e poloneses em suas práticas de vida, constitui a essência dos códigos simbólicos da reterritorialização dos imigrantes no Sul do Brasil, sendo, posteriormente, reproduzido por seus descendentes como permanências de uma identidade, ou seja, de um passado “presente”.

A reprodução, no Sudoeste paranaense, do saber-fazer produtivo, artesanal e familiar denota um aspecto de reterritorialização associada ao patrimônio simbólico dos *gaúchos* e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, sobretudo.

Através das redes de migração, no processo *des-re-territorialização*, a afirmação da reprodução de atividades não tipicamente capitalistas e de identidades ligadas a pressupostos culturais artesanais e familiares foi muito importante na formação territorial do Sudoeste paranaense a partir da colonização efetiva (pós – 1940).

As redes, o território, a territorialidade e suas representações sociais configuram-se como um misto de relações: de sujeição e dominação, de realizações, de subserviência etc. O trabalho, desenvolvido por atores sintagmáticos, circunscreve-se como elemento central na análise territorial. Território, porém, não é sinônimo de liberdade; é realização para uns, e para outros, desencanto social. O território, as redes, a identidade, o trabalho e o poder são elementos indissociáveis e a geografia precisa buscar elaborar uma linguagem consistente que vislumbre suas estruturas históricas, para, somente assim, compreender o devir do(s) território(s) em sua multidimensionalidade vivida e agida.

## **O território e a questão agrária**

Na produção teórica concernente à(s) questão (ões) agrária(s), a retórica das múltiplas facetas do avanço capitalista no campo sempre alcançou lugar de destaque; abordagens fundamentadas no efeito desagregador de relações tradicionais dada a ênfase atribuída à imperiosidade sistêmica do capital no âmago das relações sociais de produção na atualidade produziram uma visão homogênea do desenvolvimento centrada nas particularidades do modo de produção capitalista e na não conflitualidade no território. O território, pelo contrário, é multidimensionalidade, heterogeneidade, conflitualidade sociais.

Na produção artesanal e familiar, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança fomentando redefinições na orientação das unidades produtivas rurais, nota-se uma reafirmação de elementos de territorialidades antigas, tradicionais, camponesas, estas

resignificadas na conflitualidade imanente aos dilemas do novo agrário.

Desse modo, temos de um lado situações estimulantes para a revivência de padrões “tradicionais”, costumeiros e antigos, de utilização da terra, da força de trabalho e do equipamento rústico, nas quais a modernização conforme a concepção urbana, pode ocorrer em condições artificiais e não se ligar a processos sociais de reformulação da atividade econômica. (MARTINS, 1975, p. 40)

O “novo” do capitalismo agrário, para a produção artesanal e familiar, significa as diferentes estratégias que os atores têm que desenvolver para se autoafirmarem como sujeitos sociais no território. Nessas circunstâncias, a conjugação de diferentes relações no território associam os velhos e os novos conteúdos na atual dinâmica da questão agrária. Em algumas unidades familiares, a produção mercantil, o incremento técnico, a utilização do trabalho da família e de vizinhos, o agroartesanato e a policultura de subsistência mesclam-se e apresentam-se como possibilidades de resistência e de manutenção de uma prática de vida específica. Relações novas e mais tradicionais realizam-se no território da produção familiar, porém, a reprodução familiar é o anseio e também o que enseja essas dinâmicas.

Na lógica de organização territorial desses produtores familiares, a resistência cristaliza-se na inserção mercantil. Produz-se soja e aves consoante ao paradigma do agronegócio; efetiva-se melhoramentos técnicos na unidade produtiva buscando dar continuidade à condição de vida em que se apresentam. Não há, com isso, acúmulo de capital pelos produtores ao adotar tais mecanismos. O que existe é um acirramento da conflitualidade entre a lógica organizacional do território da produção familiar e do agronegócio capitalista. O desenvolvimento capitalista acarreta um nível mais intenso de exploração desses produtores familiares que, para permanecerem como produtores proprietários, necessitam de melhores estratégias e de mais energia da família. Vejamos o que Ademar Crestani, dono de uma agroindústria artesanal de leite pasteurizado, ressalta em entrevista realizada em 2006:

Eu sempre falo assim: a fatia maior do bolo fica na mão do grande. Se for analisar, todos os pequenos produtores que trabalham são praticamente terceirizados por essas empresas grandes, que visam praticamente ganhar em cima disso: mão-de-obra. Porque a mão-de-obra, aí, não precisa pagar muito; nem décimo terceiro salário, nem nada. Eles tem o peão deles, é fixo deles, mas eles não têm compromisso nenhum com esse pessoal, né. Então as grandes empresas trabalham basicamente em cima disso.

Por sua vivência e experiência, o produtor familiar adquiriu um nível de conhecimento considerável sobre a situação do segmento a que pertence. Crestani compara os produtores familiares a trabalhadores assalariados, dado o nível de exploração que o agronegócio empreende, fornecendo, em troca, um mínimo de recursos unicamente para a satisfação das necessidades desses produtores.

Em contraposição, quanto mais o capitalismo avança no espaço rural, o trabalho agrícola torna-se mais intenso; para os produtores rurais familiares, em circunstâncias conflituosas, o trabalho não representa sorte, mas empobrecimento.

O artesanal consolida-se, na atualidade, como uma *velha* forma carregada de novo sentido: é “o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles” (VERGOPOULOS, 1986, p. 47). É por isso que a produção artesanal e familiar está distante da profecia que propagou seu desaparecimento: isso se deve por sua lógica existencial estar pautada na subsistência, no que Tavares dos Santos (1978) designou por *ciclo de reprodução da família*. O campesinato, sua capacidade de autoexploração e sua lógica de subsistência asseguram uma oferta de produtos a baixos custos, sendo competitivos mesmo em territórios com técnicas sofisticadas.

Em se tratando do agroartesanato, a baixa composição orgânica dessas unidades,

devido à permanência de elementos tradicionais de produção nos códigos de territorialidade das famílias, mostrou-se capaz de inserir-se no campo de força das relações mercantis locais. Especialmente porque os alimentos produzidos pelo agroartesanato são diferenciados, não concorrendo diretamente com os produtos das grandes agroindústrias. Observemos o depoimento de Arthur Ferrari sobre a orientação produtiva de sua unidade:

Faço só embutido. Tem que fazer o que dá dinheiro. Não adianta fazer bacon, salame defumado, não adianta fazer isso, fazer aquilo. Você leva uma ponta de peito coloca no mercado, o cara vai lá, leva 200 gramas, dali a pouco fica embolorado, tem que trocar. Tem que trabalhar em cima daquilo que você ganha dinheiro. Deixa o bacon pra Sadia fazer assim os pedacinhos de 200 gramas, 100 gramas, embalado a vácuo, certinho.

Arthur Ferrari, produtor absenteísta, tem uma unidade com um nível de inserção mercantil mais acentuado, trabalha com sua família na unidade e possui mais quatro funcionários fixos, com carteira assinada, no processo produtivo. Primou pela especialização produtiva do salame como diferencial produtivo, vende o salame por nove reais ao quilo, enquanto o salame Italiano produzido pela Sadia, por exemplo, custa em média quatorze reais em Francisco Beltrão/PR.

A boa qualidade do produto, ressaltada pelos produtores, a oferta de produtos diferenciados (como geléias, pães, copa suína, dificilmente produzidos pelas grandes unidades) faz com que haja em Francisco Beltrão uma disputa e também uma sobreposição de territórios. A grande e a artesanal produção conflituam-se e complementam-se na dinâmica do território local.

As estratégias no território e pelo território são múltiplas. Os produtores artesanais caracterizam-se, sobretudo, por produzirem territórios de resistência contra as estreitezas e exclusão do modo capitalista de produção. A agroindústria artesanal é um trunfo territorial dos produtores familiares.

As novas técnicas, mais aprimoradas, necessárias à produção e que são exigidas pela economia mercantil, eleva, assim, os custos de produção; faz com que grande parte da renda fundiária familiar seja socialmente canalizada para o comércio, para o segmento industrial e financeiro: o capital é esse “[...] trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (MARX, 2002, p. 271).

Em situação debilitada, o campesinato insere-se no mercado capitalista, baseado num intercâmbio desigual de trocas, configurando-se o próprio parâmetro de sua reprodução simples. Isso se deve ao fato de o valor cristalizado em sua mercadoria ser superior ao seu preço pago pelo mercado, consoante demonstra Santos (1978), ao analisar os *colonos do vinho*.

O conflito entre o campesinato e o agronegócio desenvolve-se com veemência e constância. O enfrentamento depende do poder de resistência e esta dos atributos do território camponês.

Conforme Fernandes (2007), a questão agrária é resultante dos aspectos estruturais do modo capitalista de produção.

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente.

O autor destaca ainda que, por ser estrutural, a questão agrária é insolúvel sob a ótica do modo capitalista de produção. Em consequência, o desequilíbrio de forças nutre de conflitualidade a relação territorial entre a produção agrária capitalista e não-capitalista. A análise da questão agrária com vistas à conflitualidade presente na produção no(s) território(s) circunscreve-se ao que Fernandes (2007) denomina Paradigma da Questão

Agrária (PQA). O conjunto de autores que pertencem ao PQA reconhecem a insustentabilidade do modo de produção capitalista em promover o desenvolvimento democrático dos diferentes territórios (camponês e do agronegócio); a análise situa-se na conflitualidade de classes e nos espaços de enfrentamento (econômico, político, ideológico etc.). Lênin e Kautsky, conforme aponta Fernandes, foram os pioneiros do PQA.

De outro lado, um conjunto de diferentes autores adotam uma posição paradigmática dessemelhante ao analisarem a questão agrária: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). A análise é deslocada da estrutura para o indivíduo, e a noção de conflitualidade de classes perde forças ao se examinar a questão agrária. A tendência a homogeneidade das relações sociais e o papel do mercado na definição dessas relações e do território são enaltecidos.

A adjetivação “produtor familiar” foi amplamente utilizada pelo PCA para designar a progressiva transformação do sujeito social camponês em produtor mercantil capitalista. Como menciona Fernandes (2007),

[...] não é a participação do camponês no mercado capitalista que o torna capitalista. Como também não o uso de novas tecnologias ou a venda para a indústria que o torna capitalista. É a mudança de uma relação social organizada no trabalho familiar para uma relação social organizada na contratação do trabalho assalariado [...].

Reconhecemos o camponês também como produtor familiar, pois o campesinato trabalha com a família. Em nossas análises, queremos enfatizar que, hoje, as estratégias territoriais de mercado são essenciais no enfrentamento das famílias produtoras.

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade.

## Considerações finais

A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, apresentava-se associado à policultura familiar como produção subsistencial. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense.

Como atividade não-capitalista, o agroartesanato apresenta-se como um trunfo territorial da produção familiar e camponesa. Alocar esforços para a compreensão de seu real conteúdo e estrutura é essencial no afã de propor medidas políticas e econômicas condizentes com sua dinâmica territorial.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e modernização agrícola. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.149-170.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORRÊA, R.L. Regionalização e Organização Espacial. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EDUARDO, Márcio F. A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR (Dissertação de Mestrado em Geografia). FCT-UNESP: Presidente Prudente/SP, 2008.

EDUARDO, Márcio F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

EDUARDO, Márcio F. A Dinâmica Territorial da (agro)indústria em Francisco Beltrão/PR. UNIOESTE: monografia de bacharelado em Geografia, 2004.

FERES, João Bosco. Propriedade da Terra: opressão e miséria. Latin American Research, 56. Amsterdam. s/d.

FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. Geografia agrária: teoria e poder. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 382 p.

FERNANDES, Bernardo M. MST: formação e territorialização. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Rabinow. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberdo Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 7. ed. Petrópolis: vozes, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Fábrica do Agricultor Del estado de Paraná, Sur de Brasil. Disponível na internet: [http://www.rimisp.cl/dfid/fabrica\\_br.pdf](http://www.rimisp.cl/dfid/fabrica_br.pdf), dia 22 de julho de 2006, 12:14.

- GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migração no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói/RJ: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.
- HEIDRICH, Álvaro L. Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HEIDRICH, Álvaro L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- KALNIN, Joanir L. Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina. (tese de doutorado em engenharia de produção). Florianópolis: UFSC, 2004.
- LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense. Curitiba, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal. Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100).
- LÊNIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria. Trad. de José P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.
- MARIOT, Edson João. Produtos agroalimentares típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. Dissertação de mestrado internacional em gestão do desenvolvimento rural (universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Universidade de Santiago de Compostela): Vila Real, 2002.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 1.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo:

Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. Introdução. IN: Contribuição à Crítica da Economia Política. SP: Martins Fontes, 1983;

MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, Delma. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In: Revista ciências sociais hoje, 1985, p. 220-41.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Agricultura Camponesa no Brasil. 4. ed. São Paulo: contexto, 2001.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: Revista de ciências humanas, UFSC, 2002, p. 133-53.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59).

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antonio Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: vozes, 1978.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSSELL, Bertrand. O poder: uma análise social. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990.

SACK, Robert. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton et alii. Território. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

SANTOS, Milton Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996 a.

SAQUET, Marcos. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.121-147.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as conseqüências da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo:

Editora Unesp; Brasiliense, 1990.

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

WACHOWICZ, Ruy. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS: Processos Sociais e Agrários. Caxambu/MG, 1996.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v., p. 161-190.

---

<sup>1</sup> Maia (1995) faz um resgate primoroso do legado de Foucault em sua analítica do poder.

<sup>2</sup> O enfoque unidimensional do poder como monopólio estatal, presentes na literatura da Geografia Política Clássica – uma visão política e paradigmática do poder advinda do Direito – dificulta a possibilidade da análise relacional do poder.